

Relatório Anual de Informações

2019

Plano de benefícios da



CIDASC

APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Informações (resumido) de cada plano administrado atende às exigências da boa governança corporativa, da transparência e da legislação estabelecidas na Resolução CGPC nº 23/2006. O Relatório completo encontra-se disponível no portal da Ceres, no endereço www.ceres.org.br.

O objetivo do documento é apresentar aos patrocinadores, participantes e assistidos de cada plano patrocinado as principais realizações, as demonstrações patrimoniais, a política e o demonstrativo de investimentos, os respectivos resultados, as demonstrações contábeis, acompanhadas dos pareceres atuariais, dos auditores independentes e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo. Espera-se, dessa forma, racionalizar a divulgação das informações fundamentadas na legislação em vigor com foco nos resultados de maior impacto nos planos de benefícios.

Os números apresentados neste Relatório de Atividades 2019 mostram aos participantes em fase contributiva que seus benefícios estão assegurados e aos assistidos a tranquilidade de que continuarão a ter, todos os meses, as suas suplementações efetuadas.

Além disso, ratificam às empresas patrocinadoras, que a decisão de instituírem planos de previdência complementar e confiarem sua gestão à Ceres foi uma ótima estratégia de valorização e preservação do capital humano.

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2019.....	1
MENSAGEM DA DIRETORIA.....	2
MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO	3
MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL	4
DESTAQUES DO ANO.....	5
CONTEXTO ORGANIZACIONAL	8
PLANOS DE BENEFÍCIOS.....	12
ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB) ..	13
GESTÃO DO PASSIVO EM 2019	13
AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2019.....	14
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	16
ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ).....	17
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS.....	17
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	17
METAS E ÍNDICES.....	17
GESTÃO DOS RISCOS.....	17
RESULTADOS E PRINCIPAIS NÚMEROS	19
SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR CIDASC.....	21
INVESTIMENTOS	22
ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO	22
RESULTADOS EM 2019.....	23
RENDA FIXA.....	23
RENDA VARIÁVEL	24
ESTRUTURADOS.....	24
IMOBILIÁRIO	25
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	26
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DO PLANO.....	27
COTA PATRIMONIAL DO PLANO CIDASC FLEXCERES	28
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	29
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PGA)	29
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	31
ANEXO 2 - RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	32
ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	34
ANEXO 4 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	40

ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL	43
ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	45
ANEXO 7 - PARECER ATUARIAL.....	46

COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2019

Patrocinadores



Instituidores



Conselho Deliberativo

Gerson Soares Alves Barreto (Presidente)

José Mauro Gonçalves Dias

Maria do Socorro Barbosa Guedes

Raimundo Braga Sobrinho

Raimundo Alves de Araújo

Úrsula Maria Ludwig Moraes

Conselho Fiscal

Sebastião Cardoso Barbosa (Presidente)

Arádia Luiza dos Santos Costa

Emídio Casagrande

José Eden de Medeiros

Diretoria Executiva

José Roberto Rodrigues Peres (Diretor Superintendente)

José João Reis (Diretor de Investimentos)

Washington Luiz de Carvalho e Silva (Diretor de Seguridade)

MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2019 pode ser caracterizado como o início de importantes mudanças que certamente irão assegurar à Fundação Ceres uma melhoria significativa da sua capacidade produtiva de cumprir a sua missão institucional.

A Fundação avançou significativamente no seu processo de transformação digital. O Programa Ceres Digital proporcionou modernização do ambiente produtivo, aumento na eficiência na execução dos processos e, conseqüentemente, melhoria na qualidade dos produtos e serviços da Fundação.

O Projeto Ceres Sustentável, além de reduzir os custos, se alinha à modernidade empresarial em termos de eficiência, agilidade e responsabilidade ambiental. Uma vez implantado, o projeto beneficiará participantes atuais e futuros, colaboradores, parceiros, fornecedores e a sociedade em geral, consolidando a Ceres como modelo em gestão de previdência complementar.

Na área de investimentos, 2019 será lembrado pela redução das taxas de juros, que levou a Selic a encerrar o ano em seu patamar mais baixo da história, 4,50%. Ainda assim, os resultados dos planos administrados pela Ceres surpreenderam mais uma vez. As estratégias adotadas em 2019 resultaram em performance diferenciada, possibilitando uma rentabilidade acumulada de 14,09%, superior à meta atuarial de 10,43%. Concedemos 800 novos benefícios de aposentadoria e pagamos R\$ 356 milhões em benefícios. Os planos encerraram o exercício em situação de equilíbrio, com capacidade financeira para honrar os compromissos atuais e futuros.

No ano em que a reforma da previdência foi aprovada, esse foi um dos temas mais discutidos e comentados no país. A mudança nas regras do Regime Geral evidenciou a importância da previdência complementar fechada como alternativa de planejamento financeiro para a aposentadoria.

Fiquem certos de que continuaremos construindo uma instituição cada vez mais sólida, eficiente e com padrão de excelência para cada um de vocês, participantes, assistidos, patrocinadores e instituidores.

Boa leitura!

MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

Como órgão máximo da gestão, o Conselho Deliberativo tem conduzido sua atuação no sentido de fortalecer e ampliar a eficiência e eficácia de nossa Fundação. As ações desenvolvidas estão orientadas a assegurar aos beneficiários e participantes proteção previdenciária presente e futura.

Durante o ano de 2019, apesar do ambiente econômico desafiador, a Ceres se manteve sólida, sobretudo continuando a honrar o seu compromisso com os participantes e assistidos, e pagar os benefícios cujos valores ultrapassam R\$ 350 milhões. Este número demonstra a grande responsabilidade da Fundação.

Além disso, todos os planos de benefícios obtiveram rentabilidade superior às suas metas, isso tudo, fruto dos rigorosos critérios em seus investimentos, que tem como balizadores da sua gestão a Política de Investimento e o Planejamento, o que nos permite vislumbrar um futuro seguro e tranquilo.

O Conselho, no âmbito de suas atribuições, está sempre próximo à gestão da Ceres zelando para que esta continue a ser praticada com integridade e transparência.

Estamos certos de que a Fundação Ceres, com seus planos de benefícios e o seu patrimônio, é garantia de uma aposentadoria tranquila. Para que possamos melhorar, é fundamental que todos participem cada vez mais da vida da Fundação, vigilantes e interessados na sua evolução.

MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL

Durante o ano de 2019, o Conselho Fiscal cumpriu o seu papel de acompanhar a situação econômico financeira e do controle efetivo da gestão da Ceres.

Em reuniões mensais, entre outras atividades, este Conselho trabalhou na elaboração de relatórios sobre demonstrativos contábeis que atestaram a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos e à execução orçamentária dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

Os números apresentados neste relatório mostram aos participantes que estão em fase contributiva que seus benefícios serão assegurados e aos assistidos a tranquilidade de que terão, todos os meses, as suas suplementações efetuadas. Além disso, ratificam às empresas patrocinadoras que a decisão de instituírem planos de previdência complementar e confiarem sua gestão à Ceres foi uma decisão estratégica de valorização e preservação do capital humano.

Preocupados em emitir informações concisas e claras, o Colegiado analisou e acompanhou a Política de Investimentos, o Plano de Trabalho da Ceres, a folha de pagamento de benefícios e as premissas atuariais.

Mais uma vez, o Conselho Fiscal não poupou esforços em contribuir e garantir aos patrocinadores, participantes e assistidos um futuro seguro com qualidade de vida. Assim, ao findar o ano, temos plena consciência do dever cumprido.

DESTAQUES DO ANO

CERES DIGITAL

Em 2019, a Ceres avançou significativamente no seu processo de transformação digital. O Programa Ceres Digital proporcionou modernização do ambiente produtivo da Ceres, um aumento na eficiência na execução dos processos e, conseqüentemente, a melhoria na qualidade dos produtos e serviços da Fundação.

Após a avaliação da infraestrutura de Tecnologia da Ceres, a Fundação migrou seus servidores para a nuvem. A rede passou a ter 99,8% de disponibilidade, o que significa que funcionará mesmo em casos graves como queda de energia, ação terrorista, desastre ambiental, entre outros. Além disso, a operação dos serviços está preparada para um volume maior de acessos, caso seja necessário.

Por meio do sistema SE Suíte, avançamos no processo de modernização da gestão documental permitindo que, num futuro próximo, todos os processos de prestação de serviços aos participantes e assistidos (atendimento, solicitação de benefícios, concessão de empréstimos, atualização cadastral, entre outros) aconteçam de forma digital, possam ser solicitados e acompanhados online pelo participante. A primeira etapa já foi concluída, com a implementação do empréstimo online. Todo o processo, desde a simulação até a disponibilização do crédito na conta do mutuário, acontece sem a necessidade de envio de documentos físicos para a Ceres, o que agilizou o processo de concessão.

O sistema Mitra possibilitou o aperfeiçoar o monitoramento dos investimentos. A ferramenta proporciona à Ceres oportunidades de melhoria no BackOffice, no controle dos ativos e na gestão dos riscos. Com o sistema Projurid, aprimorou-se o processo de gestão do contencioso da Ceres. Por sua vez, o ALMweb, permitiu à Fundação atualizar mais rapidamente os estudos de macro alocação dos investimentos. Esses estudos, feitos com base nas projeções de cenários e nos compromissos previdenciais, são necessários para sinalizar uma composição de carteira que otimize os retornos e busque o equilíbrio dos planos.

Por meio do Power BI, um conjunto de ferramentas de Business Intelligence na nuvem, cuja implementação foi iniciada em 2019, as informações da Fundação estarão disponibilizadas na internet em um painel de dados e será possível monitorar melhor a situação dos planos. A ferramenta consolida os dados dos sistemas operacionais em painéis que mostram valores e indicadores dos objetivos de forma visual, facilitando a compreensão das informações. Trata-se de uma espécie de “Portal da Transparência” que permitirá à Ceres prestar contas sobre os planos de forma mais clara e acessível, por meio de recursos didáticos, como infográficos, tabelas e lâminas informativas.

Outra aquisição que facilitou o dia a dia e tornou os processos mais ágeis e colaborativos foi a renovação da licença do Microsoft Office com abertura para o Microsoft Exchange. O sistema possui uma central para conectar equipes, ferramenta de relacionamento com os clientes e gerenciamento de negócios. A abertura para o Microsoft Exchange possibilitou a migração do nosso servidor de e-mail para uma interface mais amigável, que permite trabalhar de forma otimizada.

CERES SUSTENTÁVEL

Iniciado em 2019, o Projeto Ceres Sustentável tem gerado uma economia significativa para a Fundação. O objetivo é otimizar e racionalizar os custos da administração dos planos de benefícios por meio da redução das despesas administrativas e, além disso, contribuir para a preservação ambiental, por meio do uso racional de água, redução do consumo de energia elétrica, papel e descartáveis.

Só com o consumo de energia a Ceres, a redução média foi de 55%. A economia, de cerca de R\$40 mil, é resultado da instalação de placas de energia solar fotovoltaica, da substituição dos aparelhos de ar condicionado por modelos mais econômicos e da revisão do projeto de iluminação do edifício Sede da Fundação. Com a implantação da usina de energia solar a Ceres já economizou 82,320 mil Kwh o que representou uma redução de 35% na conta de luz.

Além da economia de energia, a Ceres também tem economizado na conta de água e no uso de papel e descartáveis. As Cartas de Concessão de aposentadoria que eram impressas e enviadas pelo Correio passaram a encaminhadas por e-mail. Por meio de campanhas educativas e de sensibilização, os colaboradores são orientados sobre o uso racional da água e sobre o consumo de descartáveis (copos e saco de lixos).

PLANO FAMILIA CERES

Em junho de 2019, o Plano Família Ceres completou 1 ano de implantação. Durante o ano, a Ceres mudou a estratégia de comunicação e marketing para alavancar a adesão ao plano. Investimento em marketing digital, produção de vídeos, criação de uma landing page, envio de e-mail marketing, treinamento dos representantes, distribuição de brindes, visitas às patrocinadoras, participação em eventos, reuniões com grupos de assistidos foram algumas das ações implementadas

O Família Ceres encerrou 2019 com 570 associados, sendo 556 participantes e 14 assistidos. A rentabilidade acumulada do plano em 2019 foi de 15,10%. O plano chegou ao final do ano com um patrimônio de R\$6,97 milhões. Ao longo do ano, o plano recebeu 258 inscrições. A contribuição média paga pelos participantes é de R\$277,53. A maior parte dos participantes (65%) é do sexo feminino. Do total de associados, 42% são de menores de 18 anos, sendo que 20% estão na faixa etária de 0 a 5 anos.

EMPRÉSTIMOS

REDUÇÃO DA INADIMPLÊNCIA - O esforço para reduzir o índice de inadimplência dos empréstimos, iniciado em 2018 e mantido em 2019, trouxe bons resultados para a Ceres. Dos 86 participantes sem processo judicial, 36 fecharam acordos, o que representa uma recuperação de 41,86% dos débitos em aberto. Do grupo de 178 participantes com processo judicial em andamento, 39 fecharam acordos, o que significa 21,91% de recuperação nesse grupo. Com o resultado do trabalho houve uma redução do contencioso, visto que 75 mutuários já fizeram acordo com a Ceres para quitar suas dívidas. Outra ação adotada pela Fundação em 2019 foi a contratação de uma empresa

de cobrança para negociar com mutuários inadimplentes há mais de 90 dias. O conjunto dessas ações resultou na recuperação de valores da ordem de R\$ 823 mil.

NOVAS REGRAS – Em abril, a Ceres adotou novas regras para trazer mais facilidade e melhores condições para os participantes e assistidos que solicitassem empréstimo à Fundação. As regras para contratação de novo empréstimo foram flexibilizadas, o limite dos valores solicitados aumentou e os participantes dos planos das patrocinadoras EMATER-MG, Ceres, Epamig, Epagri, CIDASC, EMATER-DF e ABDI; os aposentados e pensionistas de todos os planos passaram a poder optar entre juros pré ou pós-fixados.

NOVA COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL

Após processo eleitoral, foram eleitos e indicados novos membros nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Ceres. Os novos conselheiros foram empossados em março de 2019. Raimundo Alves de Araújo e Maria do Socorro Barbosa Guedes passaram a compor o Conselho Deliberativo como representantes eleitos pelos participantes e assistidos da Embrapa. Raimundo Braga Sobrinho foi indicado pela Embrapa para representá-la no Colegiado. No Conselho Fiscal assumiram Emídio Casagrande como representante dos participantes e assistidos e José Eden de Medeiros como representante da Embrapa.

MANUAL DE ALÇADAS

Em 2019, o Conselho Deliberativo aprovou o Manual de Alçada Decisória (MAD) da Ceres. O documento estabelece as responsabilidades, critérios e limites para tomada de decisão na Fundação, especialmente as que envolvam recursos orçamentários e financeiros. O manual foi produzido para atender à Resolução CMN nº 4.661/2018.

TREINAMENTO DE REPRESENTANTES

Promover a qualificação, a motivação e a valorização das atividades dos Representantes dos planos nas patrocinadoras era uma das ações previstas no Plano Anual de Trabalho da Ceres. A estratégia utilizada em 2019 foi dividir o grupo de 200 representantes por patrocinadora e por Região (Sul e Sudeste; Centro-Oeste; Norte e Nordeste). O curso, ministrado pela equipe de Relacionamento com o Participante com o apoio da Gerência de Benefícios abordou os seguintes temas: Previdência Social e Previdência Complementar; Estrutura da Previdência Complementar; Cadastro; Empréstimos e Plano Família Ceres.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Desde que foi concebido, o Projeto de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) deu origem a várias iniciativas para garantir o bem estar e a qualidade de vida dos empregados da Ceres. Em 2019 foi atendida uma das necessidades apontadas nas pesquisas feitas pelo Grupo de Trabalho responsável pelo PQVT: o espaço de convivência. Para tirar a ação do papel, a Diretoria Executiva confiou a um Grupo de empregados a missão de planejar os espaços com o melhor custo benefício possível, sem a necessidade de contratar arquitetos ou de fazer obras de modificação das instalações existentes. O trabalho resultou na criação de dois novos ambientes para os empregados, uma sala para descanso e relaxamento e uma sala de descompressão.

CONTEXTO ORGANIZACIONAL

A Ceres - Fundação de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC), sem fins lucrativos, multipatrocinada e gestora de multiplanos previdenciais, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

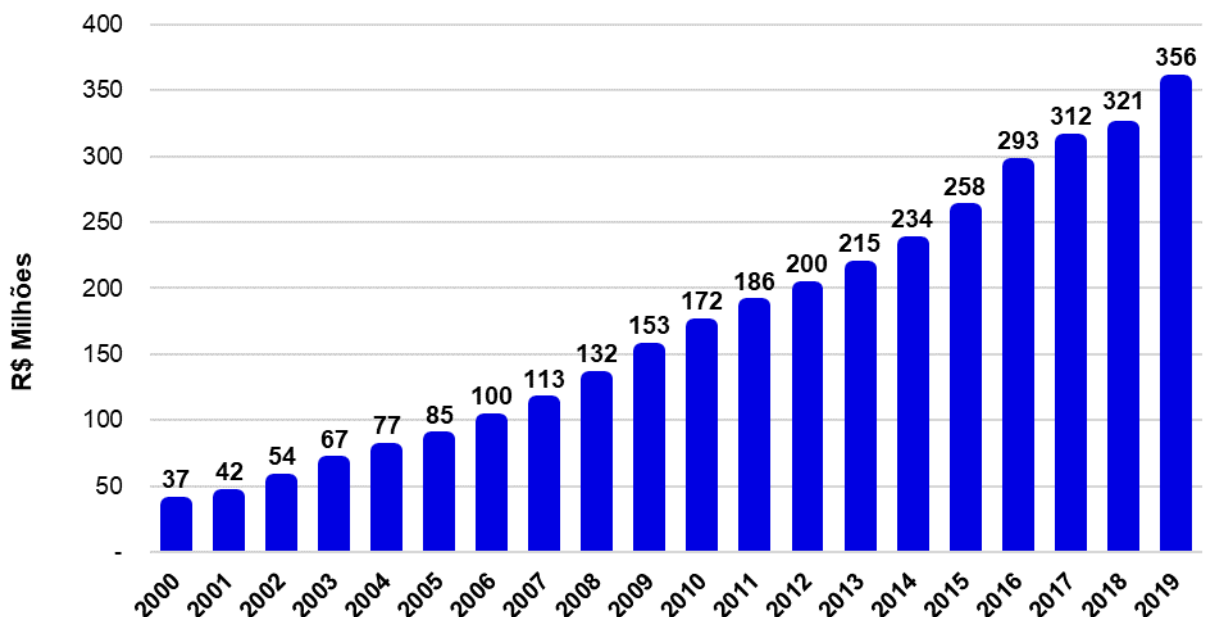
É constituída sob a forma de Fundação e tem por objetivo a gestão de planos de benefícios de caráter previdenciário aos empregados de oito patrocinadores englobando quase 20 mil participantes e assistidos.

Segue princípios e práticas da boa governança corporativa, controles internos e políticas específicas, buscando assegurar proteção previdenciária aos participantes e suas famílias, com qualidade, ética e transparência. Os membros dos órgãos estatutários e os funcionários são profissionais capacitados, experientes e dedicados, que praticam e prezam atributos calcados no profissionalismo, espírito de equipe, empreendedorismo e comprometimento. As práticas de governança fundamentam-se nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas, cumprimento das leis e ética.

Em 2019, quando a Ceres completou 40 anos, os planos administrados pela Fundação contavam com 19.132 associados, sendo 11.950 (62%) participantes e 7.182 assistidos (38%). Todos os benefícios previstos em todos os planos de previdência foram honrados, com pagamento de aposentadorias complementares no valor de R\$ 356 milhões.

Nos últimos 20 anos (Gráfico 1), a Fundação Ceres já pagou aproximadamente R\$ 3,41 bilhões em benefícios.

Gráfico 1: Evolução do montante pago em benefícios (2000 - 2019)



Atualmente, são administrados pela entidade 18 (dezoito) planos de benefícios, a saber:

Quadro 1: Plano de benefícios administrados em 2019.

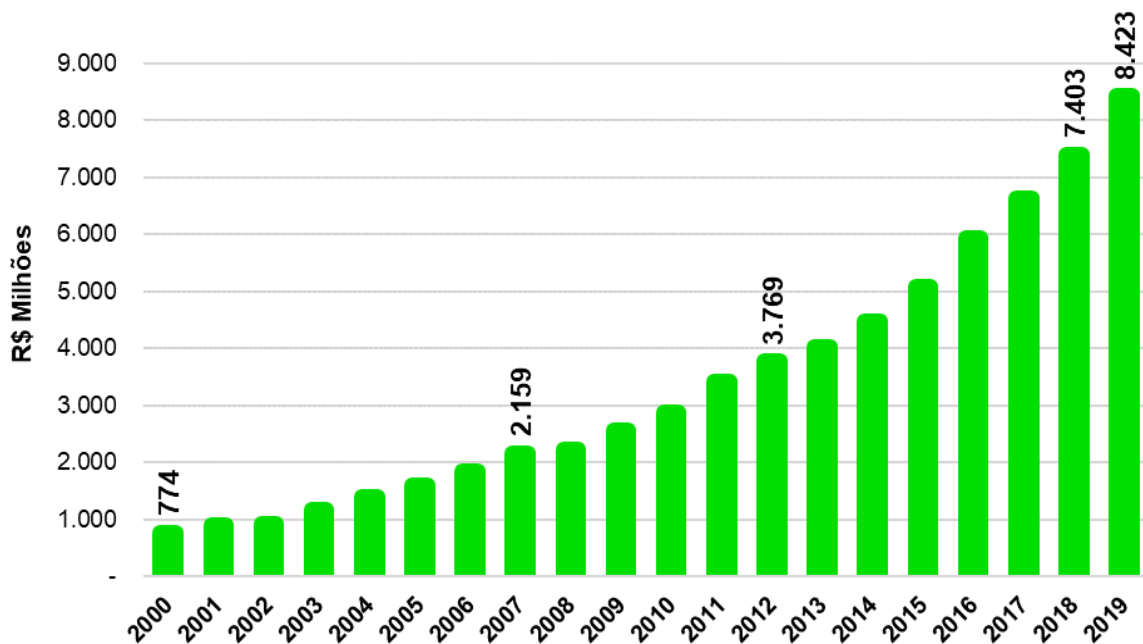
Plano	CNPB	Data Início	Modalidade
Embrapa Básico	1979.0004-92	ago-79	BD
Embrapa-FlexCeres	2007.0007-92	mai-07	CV
Embrater Básico	1979.0005-65	ago-79	BD
Ceres Básico	2007.0010-47	out-79	BD
Ceres-FlexCeres	2007.0008-65	dez-05	CV
Epagri Básico	1981.0001-19	jan-81	BD
Epagri-Flexceres	2005.0023-56	jul-05	CV
Epagri Saldado	2005.0022-83	jul-05	BD
Emater Básico	1982.0001-47	fev-82	BD
Emater-FlexCeres	2007.0026-47	nov-07	CV
Emater Saldado	2007.0025-74	nov-07	BD
Epamig Básico	1982.0008-56	mar-82	BD
Epamig-FlexCeres	2007.0033-92	jan-08	CV
Epamig Saldado	2007.0031-47	jan-08	BD
Cidasc FlexCeres	2009.0011-92	jan-10	CV
ABDI-FlexCeres	2013.0009-11	ago-13	CD
EmaterDF-FlexCeres	2014.0008-83	set-14	CV
Família Ceres	2018.0003-65	jun-18	CD

Legenda: **BD** - Benefício Definido; **CV** - Contribuição Variável; **CD** - Contribuição Definida.

PATRIMÔNIO TOTAL

De 2000 até dezembro de 2019, o patrimônio (ativo total¹) administrado pela Ceres cresceu mais de 1.574%, passando de R\$ 774 milhões para R\$ 8,42 bilhões (Gráfico 2). Em 2019, a Fundação ocupava a 17ª posição no ranking dos maiores fundos de pensão do país, segundo a ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Gráfico 2: Evolução do valor dos ativos dos planos administrados pela Ceres (2000 - 2019)



¹ O Ativo total representa o conjunto de bens e direitos do plano, ou seja, é o montante financeiro de que o plano dispõe para pagar seus compromissos. Compreende especialmente os recursos investidos.

PATRIMÔNIO DE COBERTURA E OS COMPROMISSOS

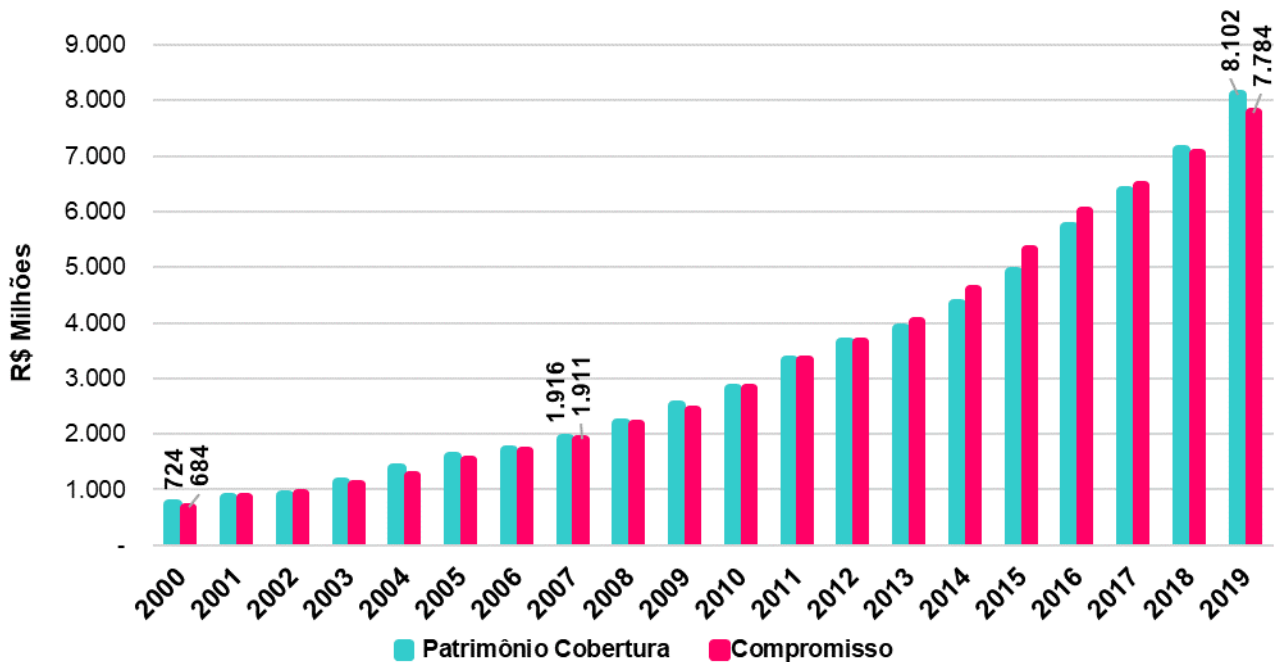
O gráfico 3, a seguir, apresenta a evolução histórica do patrimônio de cobertura comparada ao crescimento do compromisso nos últimos vinte anos, ou seja, de 2000 a 2019.

O patrimônio de cobertura é o conjunto dos recursos destinados à cobertura dos compromissos do plano, isto é, para fazer face ao pagamento dos benefícios concedidos e a conceder.

Os compromissos correspondem ao montante atual necessário para honrar o pagamento dos benefícios contratados pelos participantes e assistidos.

Ao confrontar, de forma consolidada, o patrimônio de cobertura dos planos e os respectivos compromissos, tem-se que o resultado foi superavitário em R\$ 317 milhões.

Gráfico 3: Evolução do valor do patrimônio de cobertura X os compromissos (2000 - 2019)



PLANOS DE BENEFÍCIOS

Um plano de benefícios é um conjunto de direitos e obrigações reunidos em um regulamento com o objetivo de pagar benefícios previdenciais, mediante a formação de poupança advinda das contribuições dos patrocinadores e participantes e da rentabilidade dos investimentos feitos. Possui independência patrimonial, contábil e financeira.

A empresa CIDASC é patrocinadora de um plano de plano de Contribuição Variável (CV), o Cidasc-FlexCeres.

As suas principais características são:

- Plano de aposentadoria individual;
- Contribuição variável conforme opção do participante (limite patronal de 7% do salário de participação do empregado) => implica na meta do benefício (valor da aposentadoria futura);
- Aposentadoria programada e antecipada com base no saldo acumulado de contribuições;
- Aposentadoria de risco com base no saldo acumulado de contribuições;
- Possibilidade de aumento do valor do benefício por meio de contribuições facultativas ou aportes extraordinários e portabilidade;
- Benefício programado, sem limite de idade, a partir de 5 anos de vinculação ao plano;
- Reajuste benefício é em função da variação do valor da cota limitada à variação do INPC.

Mais informações estão disponíveis no site da Ceres, no endereço www.ceres.org.br

POLÍTICA DE SEGURIDADE

A Política de Seguridade, aprovada pelo Conselho Deliberativo em dezembro de 2016, estabelece os princípios e diretrizes da gestão da seguridade e é referência para as ações e projetos a serem estabelecidos no período de 2017 a 2019.

Na sua elaboração foram consideradas as regras estabelecidas na legislação de previdência complementar, as recomendações presentes nos Manuais e Guias de Melhores Práticas e também os critérios para uma administração segura e responsável de planos de benefícios de previdência complementar. Tem como objetivo geral orientar a gestão do passivo dos planos de benefícios administrados pela Ceres e como objetivos específicos:

- Assegurar a execução do contrato previdenciário na forma prevista nos regulamentos dos planos, de modo a preservar o direito dos participantes e assistidos, considerando os princípios de segurança, solvência, liquidez e transparência;
- Adotar boas práticas de governança corporativa com recomendações objetivas, garantindo a independência do processo de seguridade por meio de decisões compartilhadas entre Grupo de Análise Preliminar de Seguridade (GAPS), Comitê de Seguridade (CS), Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal;
- Orientar os atores envolvidos na gestão de seguridade: Ceres, Patrocinadoras e Representantes dos planos; quanto às diretrizes da gestão do passivo necessárias para a condução dos trabalhos;
- Aprimorar o relacionamento entre Patrocinadoras, Participantes, Assistidos, Empregados, Órgãos Estatutários e Órgãos Externos; e
- Dar claro entendimento a respeito das melhores práticas adotadas pela Ceres na gestão do passivo dos planos de benefícios ao Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretores, Patrocinadores, Participantes e Assistidos, bem como aos Empregados, Provedores Externos de Serviços, Órgãos Reguladores e Fiscalizadores.

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB)

O Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios - ARPB, profissional qualificado e responsável pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras aos planos e benefícios administrados pela Ceres, é o Diretor de Seguridade, Engenheiro Agrônomo, Washington Luiz de Carvalho e Silva, habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Seguridade e ARPB.

GESTÃO DO PASSIVO EM 2019

A gestão do passivo atuarial tem como princípios a obediência às normas, a garantia do equilíbrio e solvência dos planos, o contínuo aprimoramento das metodologias adotadas e a supervisão do risco.

Uma ferramenta básica para a gestão do passivo dos planos é a avaliação atuarial, um estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano de previdência. Essa avaliação está alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência

de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial.

Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2019

A avaliação atuarial se baseia em premissas para projetar os benefícios futuros dos atuais participantes e o custeio para financiar esses compromissos. Elas se dividem em econômico-financeiras, biométricas e demográficas.

As principais premissas utilizadas são:

Tábua de Mortalidade Geral: é uma hipótese utilizada para estimar a expectativa de vida dos participantes e assistidos, exceto aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento dos benefícios e, por consequência, no valor do compromisso dos benefícios de aposentadoria programada e das pensões. Quanto maior a expectativa de vida, maior será o custo do plano. Foi aprovada a tábua mais aderente à situação de cada plano.

Tábua de Mortalidade de Inválidos: é utilizada para estimar a expectativa de vida dos aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento da aposentadoria por invalidez e, por consequência, no valor do compromisso destes benefícios. Quanto maior a expectativa de vida maior será o custo do plano.

Tábua de Entrada em Invalidez: é utilizada para estimar a probabilidade de novas concessões de aposentadoria por invalidez e impacta no custo da aposentadoria por invalidez. Quanto maior a probabilidade de ocorrência de invalidez, maior será o custo do plano.

Fator de Capacidade de Salários e Benefícios: é uma hipótese utilizada para estimar o nível real dos compromissos dos planos, uma vez que os salários e benefícios ao longo do tempo são reajustados uma vez ao ano, mas a inflação ocorre mensalmente.

Taxa de Crescimento Real de Salários: é utilizada para projetar o salário do participante para a data de aposentadoria e estimar o valor da aposentadoria programada. Quanto maior a taxa de crescimento real, maior o valor do benefício projetado e, consequentemente, maior o custo do plano. Isso acontece somente para salários dos participantes que estão abaixo do teto do salário de participação.

Taxa Real de Juros: é utilizada como taxa de desconto para trazer ao valor de hoje, os compromissos dos planos de benefícios com seus participantes e assistidos.

Na avaliação atuarial de 2019, foram consideradas as normas estatutárias e regulamentares que regem o plano e a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs em vigor na data-base desta avaliação.

O Conselho Deliberativo aprovou, em dezembro de 2019, a atualização das hipóteses utilizadas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios administrados pela Ceres. A decisão do Conselho teve por base o estudo de aderência das hipóteses atuariais,

elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios e pela Gerência de Estatística e Atuária, com o objetivo compatibilizar as hipóteses às características da massa de participantes de cada plano de benefícios.

As premissas aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 2019 estão apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2: Premissas Atuariais.

Premissa Atuarial	Plano Cidasc FlexCeres
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMSsb- v.2010 Male & Female
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 M&F
Tábua de Entrada de Invalidez	TASA 1927
Taxa Real de Juros	4,11%

O resultado da avaliação atuarial do plano está apresentado no Parecer Atuarial, que está disponível no Anexo 7. Esse documento tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos em vigor na Fundação Ceres tem como base a Resolução nº 4.661/2018, do Conselho Monetário Nacional- CMN e suas alterações. É elaborada anualmente pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo antes do início do exercício a que se referir. Depois de aprovada, deve ser encaminhada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Na formulação da Política de Investimentos são considerados os critérios e preceitos do Manual de Governança Corporativa e Código de Ética da Ceres, dos Códigos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada - Abrapp e da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima, o Manual de Alçada Decisória, o Manual de Riscos, além de princípios e critérios de investimentos socialmente responsáveis.

A Política de Investimentos é orientada pelo passivo atuarial. Na aplicação e gestão dos recursos são consideradas a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades e as características de suas obrigações. São adotadas regras, procedimentos e mecanismos de controles internos e de avaliação de riscos, observados o porte, a complexidade, a modalidade e a forma de gestão de cada um dos planos de benefícios, com vistas a garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro entre o ativo e o passivo atuarial de cada plano. É feito o acompanhamento contínuo e sistemático, gerenciando o risco e o retorno esperado dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicação, com uso de modelos e estratégias que visam reduzir riscos e maximizar a rentabilidade.

As diretrizes de investimentos foram estabelecidas com base em estudos de cenários macroeconômicos futuros e uso de ferramentas específicas. Os recursos foram alocados prioritariamente em empresas ou projetos socialmente responsáveis, ou seja, que criam valor para todos os envolvidos, de modo a garantir segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência ao patrimônio administrado, com base em critérios que definem claramente as margens de tolerância aos riscos e as restrições para os investimentos em diferentes categorias de ativos. A atividade é exercida com boa fé, lealdade e diligência. Os dirigentes zelam por elevados padrões éticos e adotam práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios.

Os procedimentos adotados objetivam assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja transparente, totalmente independente da decisão de um gestor específico e que as estratégias utilizadas na aplicação dos recursos valorizem as questões socioambientais e estimulem a governança corporativa. As decisões são tomadas por órgãos colegiados, formados pelo Grupo de Análise Preliminar de Investimentos - GAPI, pelo Comitê de Investimentos - CI e pela Diretoria Executiva. Além destes, existem também os Comitês Consultivos de Planos - CCPs em todos os patrocinadores, que atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos.

Os setores de investimentos considerados prioritários em 2019 foram aqueles relacionados a Infraestrutura, Logística e Transportes; Varejo e Consumo; Construção Civil; Finanças e Bens de Capital; Commodities (agrícolas, metálicas, petróleo e gás); Papel e celulose; Siderurgia. Independente do setor, empresas com grande potencial de geração de caixa e bom histórico de pagamento de dividendos são normalmente analisadas.

Para determinar a distribuição dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicações foi utilizado o Asset Liability Management – ALM, um modelo de gestão cujo objetivo é compatibilizar aplicação dos recursos dos planos com a projeção de pagamento dos benefícios. A avaliação de qual metodologia aplicar teve como base a análise da capacidade do plano de Benefício Definido em gerar superavit e do plano de Contribuição Definida em apresentar rentabilidade adequada para o risco incorrido.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)

O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ responsável pela gestão dos investimentos é o Diretor de Investimentos, Advogado, José João Reis. Profissional Certificado com ênfase em Administração e em Investimentos, com certificação outorgada pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS. Profissional habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Investimentos e AETQ.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Dentro da estrutura de gestão dos investimentos, é mantido um contrato para realização dos serviços de custódia com o Banco Bradesco S.A. e existem diferentes administradores e gestores nos vários segmentos de aplicação.

Para os 8 (oito) fundos de renda fixa e o fundo de renda variável, todos de gestão própria da Ceres. Além dos Fundos de Investimentos com gestão própria há 18 (dezoito) Fundos de Investimento Estruturados e 4 (quatro) Fundos de Investimento Imobiliários, cuja gestão é terceirizada.

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

Os segmentos de aplicação definidos para investimento em 2019 foram Renda Fixa, Renda Variável, Estruturados, Imobiliário e Operações com Participantes.

METAS E ÍNDICES

Na meta estimada de rentabilidade (INPC + taxa de juros) para 2019, foram consideradas as taxas de juros atuariais específicas para cada plano (Quadro 3) acrescida da variação anual medida pelo deflator INPC.

GESTÃO DOS RISCOS

Na Fundação Ceres existe uma estrutura de governança corporativa para assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja seguro, transparente, participativo e independente da decisão de um único gestor, com o máximo de representatividade em todas as instâncias, garantindo a participação de representantes de todos os planos administrados, de seus patrocinadores, participantes e assistidos.

As metodologias utilizadas têm como base teorias e modelos consolidados, observadas as peculiaridades da previdência complementar, em especial as regras que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN nº4.661/2018 e a Resolução CGPC nº 13/2004.

As decisões relevantes e que causam impacto na gestão da entidade ou dos planos de benefícios são debatidas por órgãos colegiados, como o Grupo de Análise Preliminar de

Investimentos e o Comitê de Investimentos, para depois serem discutidas e aprovadas pela Diretoria Executiva. Além disso, os Comitês Consultivos de Planos de todos os patrocinadores atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos dos planos de benefícios.

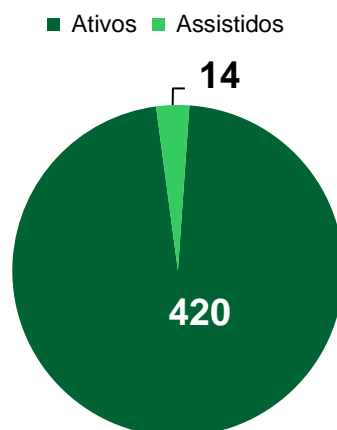
A Gerência de Controles Internos e Gestão de Riscos - Gecor é a unidade funcional na estrutura da Fundação Ceres responsável pelo planejamento e coordenação das atividades de controles internos e gestão de riscos. Visa garantir a proteção dos ativos dos planos, a promoção da eficiência operacional, a obtenção de informação precisa e confiável, a obediência e respeito às políticas da administração. São analisados sistematicamente os riscos de Mercado, Crédito, Liquidez, sob os aspectos legal, operacional e sistêmico.

RESULTADOS E PRINCIPAIS NÚMEROS

Número de participantes

O Plano Cidasc-FlexCeres, aberto para novas adesões e em processo de acumulação de reservas, detinha, em 2019, um total de 434 associados, sendo 420 (97%) participantes e 14 (3%) assistidos - aposentados e pensionistas.

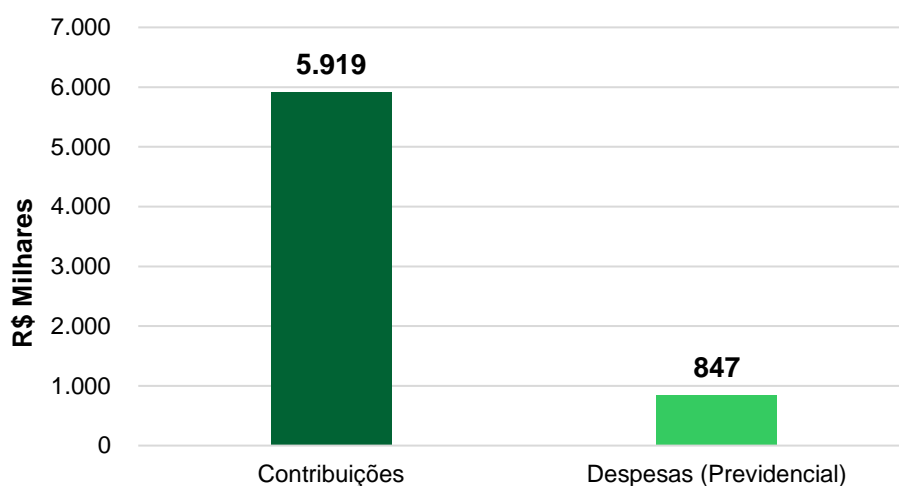
Gráfico 4: Quadro social - 2019



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2019, os participantes, os assistidos e a patrocinadora, contribuíram com R\$ 5,9 milhões. Com relação às despesas previdenciárias, R\$ 847 mil foram destinados ao pagamento de aposentadorias, pensões e auxílios doença, e ao pagamento de pecúlios, resgates de reserva de poupança e portabilidades.

Gráfico 5: Contribuições e despesas previdenciárias – 2019



Balanco Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 32,29%, passando de R\$ 29,5 milhões em 2018 para R\$ 38,9 milhões em 2019 (Quadro 3).

Em 2019, do total de R\$ 38,2 milhões (98% do ativo total), R\$ 38 milhões (97,7% do ativo total) estavam investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa (Fundos de Investimento Multimercado - FIM Planalto, Planalto Central e Eros) e um fundo de renda variável (Fundo de Investimento em Ações - FIA Agrociência), todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Quadro 3: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Cidasc-FlexCeres (2018/2019).

ATIVO	2019	2018	PASSIVO	2019	2018
DISPONÍVEL	2	2	EXIGÍVEL OPERACIONAL	245	216
REALIZÁVEL	38.981	29.467	Gestão Previdencial	244	215
Gestão Previdencial	391	0	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	355	268	Investimentos	1	1
Investimentos	38.234	29.198	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0	0
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	0	0
Fundos de Investimentos	38.085	29.048	PATRIMÔNIO SOCIAL	38.738	29.253
Investimentos Imobiliários	0	0	Patrimônio de Cobertura do Plano	37.313	28.178
Empréstimos e Financiamentos I.	149	150	Provisões Matemáticas	37.313	28.074
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	Benefícios Concedidos	2.024	1.446
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	35.289	26.629
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	0	104
			Resultados Realizados	0	104
			FUNDOS	1.425	1.075
			Fundos Previdenciais	1.065	802
			Fundos Administrativos	355	268
			Fundos dos Investimentos	4	4
TOTAL DO ATIVO	38.983	29.469	TOTAL DO PASSIVO	38.983	29.469

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2019 foi de R\$ 2 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 35,2 milhões.

Em 2019, os fundos previdenciais totalizaram R\$ 1 milhão, os fundos administrativos somaram R\$ 355 mil e os fundos de investimentos R\$ 4 mil.

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 4. Observa-se que ocorreu um crescimento de R\$ 9 milhões dos compromissos previdenciários, valor superado pelos resultados positivos de R\$ 4,6 milhões na gestão dos investimentos e de R\$ 5,9 milhões do montante de contribuições.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do plano Cidasc-FlexCeres no ano de 2019 foi de 15,42%, tendo o índice de referência (INPC + 5,65% a.a.) fechado em 10,38% no mesmo período. O resultado foi aproximadamente 50% acima da rentabilidade referencial exigida pelo plano de benefícios.

Quadro 4: Resultados do plano em 2019

Resultado Contábil acumulado em 2018	103.665
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2019	-9.239.048
Resultado positivo dos Investimentos em 2019	4.678.652
Contribuições Previdenciárias	5.918.531
Despesas Previdenciárias	-846.741
Constituição/reversão para fundo previdencial	-262.838
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-352.221
Resultado Contábil em 2019	0
Ajuste de Precificação	526.990
Resultado Técnico Ajustado em 2019	0

O plano encerrou o exercício de 2019 em equilíbrio financeiro e atuarial.

Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2018, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil. Dessa forma, o Resultado Técnico Ajustado refere-se ao Resultado Contábil.

SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR CIDASC

O patrocinador CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina está em dia com suas obrigações contratuais e não possui dívida com relação a serviços passados. As contribuições de responsabilidade da patrocinadora e aquelas que a empresa desconta dos salários dos participantes para os planos de benefícios estão sendo recolhidas dentro dos prazos legais.

INVESTIMENTOS

Foi mantida uma estratégia prudente e conservadora em aplicações mais tradicionais, tendo as necessidades atuariais de cada plano administrado.

Foi priorizada a alocação em Renda Fixa devido à expectativa de taxas de juros dos títulos e valores mobiliários acima do índice de referência do plano.

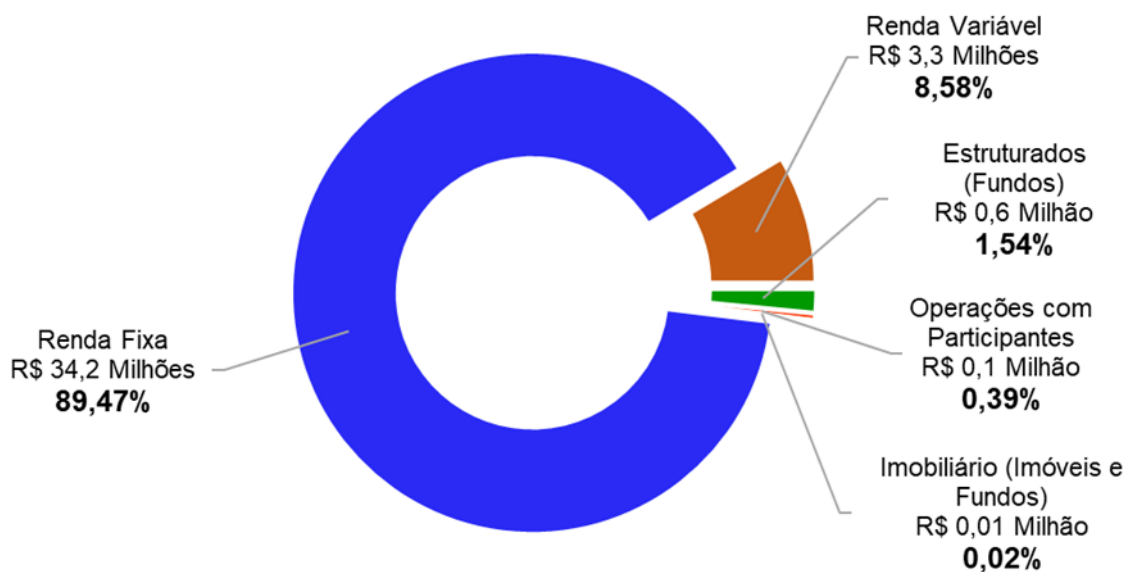
No segmento de operações com participantes, a concessão de empréstimos simples foi realizada de acordo com a demanda dos participantes e assistidos.

Com relação aos demais segmentos (renda variável, estruturado e imobiliário) foram mantidas as aplicações.

ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

Os recursos garantidores desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 89,47% do total, seguido das alocações renda variável, com 8,58% do montante investido. No segmento de estruturados foram alocados 1,54% do total investido, em operações com participantes 0,39% e no segmento imobiliário apenas 0,02% (Gráfico 6).

Gráfico 6: Alocação nos diferentes segmentos de aplicação



RESULTADOS EM 2019

O comportamento dos indicadores econômicos no decorrer de 2019 foi caracterizado por uma queda marcante da inflação, causada basicamente pela perda de poder aquisitivo dos consumidores, redução acentuada da massa salarial, oferta abundante de bens e serviços e a consequente redução das taxas de juros adotada pelo Banco Central.

A seguir, estão apresentadas informações detalhadas por segmento de aplicação, como montantes alocados por tipo de ativo, entre outros.

RENDA FIXA

Em 2019, a gestão dos recursos no segmento da renda fixa manteve-se alinhada à estratégia estabelecida na Política de Investimentos. As aplicações foram direcionadas para a aquisição de títulos públicos federais, concentrando em NTN-Bs e ativos privados como debêntures.

Os retornos dos investimentos em renda fixa foram de 14,47%.

Ao final de 2019, o saldo aplicado em renda fixa totalizou R\$ 34,2 milhões, o que equivale a 89,47% do total dos investimentos do plano. Do total investido, 82% estão alocados em títulos públicos e 18% em títulos privados (Quadro 5).

Quadro 5: Composição dos ativos de renda fixa em 2019 (R\$).

Investimentos/Ativos	Cidasc FlexCeres	% sobre o Total Geral
NTN - B - Nota do Tesouro Nacional série B	16.876.898	49,34%
NTN - C - Nota do Tesouro Nacional série C	-	0,00%
NTN - O - Nota do Tesouro Nacional Over	491.029	1,44%
LTN - O - Letra do Tesouro Nacional Over	10.682.759	31,23%
Total - Títulos Públicos	28.050.687	82,00%
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	0,00%
CCI - Cédula de Crédito Imobiliário	-	0,00%
CRI - Certificado de Recebíveis Imobiliários	436.824	1,28%
Debêntures	1.792.083	5,24%
Letra Financeira	2.909.606	8,51%
FIDC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	1.018.157	2,98%
Total - Títulos Privados e Fundos	6.156.671	18,00%
Contas a Pagar/a Receber - (Fundos de Investimentos)	- 774	0,00%
Total Geral - (Títulos Públicos e Privados)	34.206.584	

RENDA VARIÁVEL

Ao final de 2019, as aplicações do plano Cidasc-FlexCeres em renda variável totalizaram R\$ 3,3 milhões, equivalente a 8,58% de todo o ativo investido do plano (Quadro 6).

Em renda variável, os investimentos são realizados por meio do Fundo de Investimento em Ações – FIA Agrocência, de gestão própria da Fundação Ceres e que concentra 100% dos recursos alocados no segmento.

Os recursos investidos pelo plano, no Fundo Agrocência, estavam assim distribuídos:

Quadro 6: Composição e valor dos ativos de renda variável (gestão própria) em R\$.

Ação/Papel	Cidasc FlexCeres	% sobre o Total
B3/ON	100.454	3,06%
BRADESCO/PN	303.498	9,25%
BRF FOODS/ ON	216.706	6,60%
CCR RODOVIAS/ON	166.285	5,07%
HYPERMARCAS/ON	179.523	5,47%
ISHARES BOVA	255.441	7,78%
ITAU UNIBANCO/PN	280.876	8,56%
LOJAS RENNERT/ON	386.479	11,78%
PETROBRAS/PN	366.136	11,16%
TEL. BRASIL/PN	189.884	5,79%
VALE/PN	272.760	8,31%
VALID/ON	110.581	3,37%
LTN/NTN - Letra/Nota do Tesouro Nacional Over		
	420.674	12,82%
Contas a Pagar/a Receber		
	32.011	0,98%
Total	3.281.309	100,00%

ESTRUTURADOS

Os investimentos neste segmento totalizaram R\$ 590 mil em 2019.

Os recursos do plano estão alocados em 9 (nove) fundos de investimentos. Esses fundos possuem gestão terceirizada e investem em diferentes setores da economia como agronegócio, tecnologia, alimentação, logística, entre outros.

Ao final de 2019, a carteira dos fundos investidos e os respectivos gestores eram os seguintes (Quadro 7):

Quadro 7: Composição, gestores e montante fundos terceirizados (R\$).

Fundo	Gestor Externo	Cidasc FlexCeres	% sobre o Total Geral
FIM Ibiuna Hedge	Ibiuna Gestão	88.815	15,05%
FIM Garde Dumas	Gard Asset	86.845	14,71%
FIM Novus Capital	Novus Capital	149.084	25,26%
FIM Neo Mult Estratégia	Neo Gestão	116.271	19,70%
FIM Bahia Am Marau	Bahia Asset	121.479	20,58%
Total - FIM (Fundo de Investimentos Multimercados)		562.494	95,30%
FIP Inseed FIMA	Inseed Investimentos Ltda	4.655	0,79%
FIP DGF FICPAC 2	DGF Gestão de Fundos Ltda	8.280	1,40%
FIP Caixa Incorporação Imobiliária	Caixa Econ. Federal	1.888	0,32%
FIP BTG Infraestrutura II FIC	BTG Pactual Gestora Rec. Ltda	12.933	2,19%
Total - FIP (Fundos de Investimentos em Participações)		27.756	4,70%
Total Geral (FIM e FIP)		590.251	

IMOBILIÁRIO

Os ativos alocados nesse segmento têm o objetivo de gerar fluxo de caixa a partir da renda dos recebíveis dos Fundos de Investimentos Imobiliários – FII.

Os recursos investidos, neste segmento, relativos ao plano Cidasc-FlexCeres, totalizaram R\$ 7 mil e estavam alocados em Fundos de Investimentos Imobiliários, cuja gestão é terceirizada (Quadro 8).

Quadro 8: Composição, gestores e montante fundos terceirizados (R\$).

Fundo	Gestor Externo	Valor (R\$)	% sobre o Total Geral
FII RB Capital	RB Capital Investimentos Ltda	82	1,17%
FII Claritas Logística	Claritas Adm. de Recursos	6.903	98,83%
Total - FII (Fundo de Investimentos Imobiliários)		6.985	100,00%

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Essas operações de investimentos obedecem às modalidades e às regras de investimentos permitidas para as EFPCs e cumprem os limites de patrimônio, parâmetros de rentabilidade e controle de riscos, de acordo com a legislação vigente.

Esses investimentos são destinados aos participantes e assistidos e, ao final de 2019, o montante alocado nesse segmento era de R\$ 150 mil, equivalente a 0,39% dos investimentos desse plano.

As quantidades e valores concedidos² da carteira de empréstimos nos últimos dois anos e os montantes da carteira de financiamento imobiliário estão apresentados no Quadro 9.

Quadro 9: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (R\$)

Descrição	2018	2019	Variação (%)
Valor Total da Carteira	150.467,83	149.240,09	-0,82%
Quantidade de Contratos no final do exercício	17	15	-11,76%
Concessões de Empréstimos no período - R\$	67.349,00	120.400,00	78,77%
Quantidade de Concessões no período	5	7	40,00%

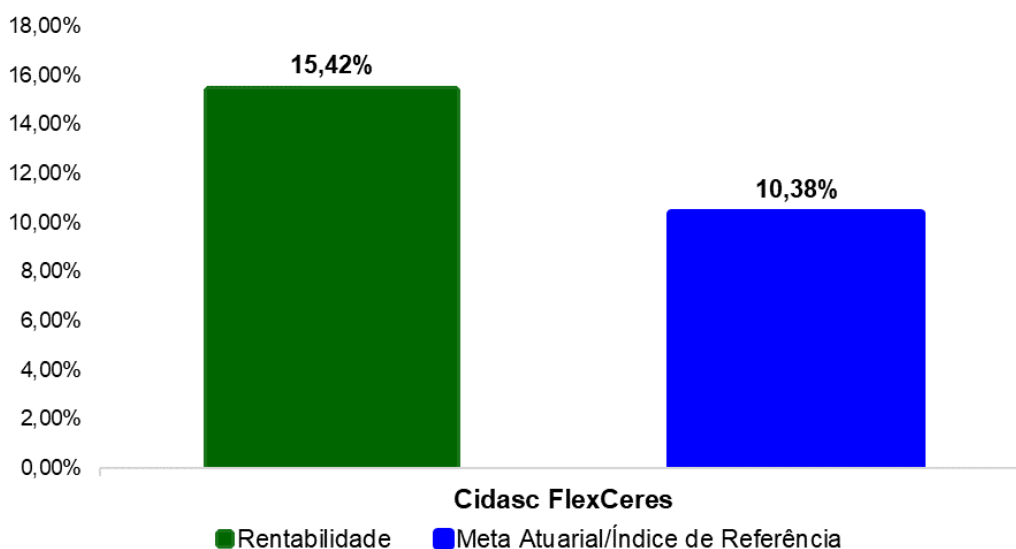
² Os valores apresentados de “concessões de empréstimos no período” representam o total contratado pelo participante ou assistido, não representando necessariamente o montante de recursos liberado.

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DO PLANO

A política de investimentos é concebida considerando o passivo atuarial de cada plano de beneficiários. Assim, a composição da carteira de investimentos e a rentabilidade não são iguais para todos os planos, pois cada um deles possuem características específicas.

Em 2019, a rentabilidade do plano patrocinado pela CIDASC superou o respectivo índice de referência. Os resultados estão demonstrados no gráfico, a seguir.

Gráfico 7: Rentabilidade dos investimentos dos planos.



No Anexo 1 “Demonstrativo de Investimentos”, estão apresentadas as composições das carteiras de investimentos do plano de beneficiários.

O resumo da Política de Investimentos adotada para 2019 pode ser verificado no Anexo 2.

COTA PATRIMONIAL DO PLANO CIDASC-FLEXCERES

Nos planos de Contribuição Variável (CV), os valores líquidos das contribuições são utilizados para a aquisição de cotas patrimoniais dos planos.

A cota patrimonial (valor contábil), é uma fração do patrimônio do plano, atualizada pela variação mensal do valor do ativo patrimonial e é utilizada para atualizar mensalmente o saldo de contas dos participantes dos planos FlexCeres.

Isso permite que seja apurado o valor da participação individual de cada participante no patrimônio total de cada plano de benefícios.

Nesta metodologia utiliza-se os rendimentos mensais dos investimentos, deduzindo os valores utilizados para constituição dos fundos previdenciais, que servem para cobertura dos benefícios de risco, e do custeio administrativo. São utilizados os valores dos balancetes mensais dos registros contábeis.

Por outro lado, a rentabilidade dos investimentos de cada plano administrado é apurada por meio do conhecido método da Taxa Interna de Retorno (TIR)³.

Ao longo de 2019, o crescimento no valor nominal das cotas foi significativo e muito acima da inflação do período, que foi de 4,48% pelo INPC e de 4,31% pelo IPCA (Quadro 10). Significa que as cotas de todos os planos FlexCeres e do plano Família Ceres apresentaram uma valorização real muito acima da inflação.

Isso significa que, em 2019, a cota do plano Cidasc-FlexCeres apresentou uma valorização real muito acima da inflação no período.

Quadro 10: Variação da cota patrimonial - Plano Cidasc-FlexCeres - 2019.

Plano	Valor da Cota R\$ Dezembro/2018	Valor da Cota R\$ Dezembro/2019	Variação da Cota Patrimonial
Cidasc FlexCeres	2,72532472	3,14041877	15,23%

³ A Taxa Interna de Retorno (TIR) é a taxa única equivalente que resume a rentabilidade de todos os valores que são investidos ou recebidos ao longo do tempo.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PGA)

As despesas administrativas, necessárias para o funcionamento da Fundação Ceres na gestão dos planos de benefícios, estão divididas em despesas relativas à gestão previdencial e à gestão de investimentos.

Essas despesas são contabilizadas no Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Em 2019, as despesas administrativas totalizaram R\$ 29,2 milhões, representando uma variação de 4,24% em relação a 2018, como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 11: Despesas administrativas consolidada – 2018/2019 – (R\$).

Rubricas	Gestão 2019		2019	2018	Variação %	Média Ponderada
	Previdencial	Investimentos				
Pessoal e Encargos	10.282.472,05	10.233.054,57	20.515.527	20.334.191	0,89%	0,63%
Treinamentos/Congressos e Seminários	90.978,17	90.978,52	181.957	143.837	26,50%	0,17%
Viagens e Estadias	192.151,18	194.114,01	386.265	324.169	19,16%	0,25%
Serviços de Terceiros	1.263.748,40	1.374.513,29	2.638.262	1.929.053	36,76%	3,33%
Auditoria Contábil	34.500,00	43.236,41	77.736	66.084	17,63%	0,05%
Consultoria de Investimentos	-	134.688,61	134.689	120.739	11,55%	0,05%
Consultoria Jurídica	180.876,54	40.028,73	220.905	812.427	-72,81%	-0,55%
Consultoria Gestão/Planejamento	188.023,18	188.023,25	376.046	56.412	566,61%	7,30%
Consultoria Recursos Humanos	5.361,18	5.361,18	10.722	5.712	87,72%	0,03%
Consultoria Informática	630.400,46	963.175,11	1.593.576	650.663	144,92%	7,92%
Consultoria Atuarial	221.587,04	-	221.587	213.587	3,75%	0,03%
Pessoa Física	3.000,00	-	3.000	3.428	-12,49%	0,00%
Despesas Gerais	1.555.759,99	1.411.259,85	2.967.020	2.960.811	0,21%	0,02%
Depreciações e Amortizações	96.612,14	96.611,83	193.224	202.291	-4,48%	-0,03%
Tributos	1.143.343,14	1.143.343,24	2.286.686	2.087.921	9,52%	0,75%
Total das Despesas Administrativas	14.625.065,07	14.543.875,31	29.168.940	27.982.274	4,24%	

A título de comparação, caso a gestão fosse feita por uma empresa privada ao custo de, no mínimo, o correspondente a 1,0% do valor total do patrimônio administrado, que em 2019 foi de R\$ 8,3 bilhões, essas despesas seriam da ordem de R\$ 83 milhões. Com a gestão própria, o valor real das despesas administrativas da Ceres ficou em 35% do que seria o custo máximo para fazer gestão dos planos de benefícios.

No quadro seguinte (Quadro 12), estão apresentadas as despesas administrativas correspondentes a cada plano de benefícios.

Quadro 12: Despesas administrativas por plano – 2019 – (R\$).

Plano	Pessoal e Encargos	Treinamentos/ Congressos e Seminários	Viagens e Estadias	Serviços de Terceiros	Despesas Gerais	Depreciações e Amortizações	Tributos	Total
Cidasc FlexCeres	275.011	2.439	5.178	35.366	39.773	2.590	30.653	391.010

DESPESAS ESPECÍFICAS DE INVESTIMENTOS

As despesas específicas de investimentos são destinadas ao custeio dos fundos de investimentos e formadas pela taxa de administração, taxas de custódia e controladoria, entre outras. Essas despesas são contabilizadas diretamente nos planos de benefícios e nos fundos de investimentos, não sendo relacionadas às despesas contabilizadas no PGA.

No Quadro 13, a seguir, estão apresentadas detalhadamente as despesas de investimentos de 2019 e de 2018.

Quadro 13: Despesas específicas de investimentos consolidada plano – 2018/2019 – (R\$)

Rubricas	2019	2018	Varição %
Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos Exclusivos	380.747	351.368	8,36%
Taxa Cetip/Selic	839.008	749.465	11,95%
Custódia	656.189	521.022	25,94%
Controladoria	617.355	532.846	15,86%
Taxa CVM	364.329	221.405	64,55%
Taxa Bovespa	18.565	39.725	-53,27%
Taxa Anbima	20.320	91.467	-77,78%
Honorários/ Consultorias de Investimentos	521.250	2.460	21085,83%
Corretagem	342.214	167.895	103,83%
Auditoria	539.454	210.940	155,74%
Outras (Cartório e Emolumentos)	17.675	7.666	130,55%
Total das Despesas	4.317.106	2.896.261	49,06%

No quadro 14 abaixo, estão apresentadas as despesas de investimentos correspondentes a cada plano de benefícios.

Quadro 14: Despesas específicas de investimentos por plano – 2019 – (R\$).

Plano	Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos Exclusivos	Taxa Cetip/Selic	Custódia	Controladoria	Taxa CVM	Taxa Bovespa	Taxa Anbima	Serviços Jurídicos	Corretagem	Auditoria	Outras	Total
Cidasc FlexCeres	2.070	4.402	2.821	2.754	2.076	180	115	-	625	2.777	69	17.889

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Cidasc-FlexCeres

Item	2018		2019		Limites Máximos Res. CMN 4.661/2019	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	25.917.820	88,76%	34.206.584	89,46%	100,00%	100,00%
Renda Variável	2.553.928	8,75%	3.281.309	8,58%	70,00%	20,00%
Estruturados (Fundos)	567.759	1,94%	590.251	1,54%	20,00%	10,00%
Operações com Participantes	150.468	0,52%	149.240	0,39%	15,00%	5,00%
Imobiliário (Imóveis e Fundos)	8.153	0,03%	6.985	0,02%	8,00%	8,00%
Total dos Recursos Investidos	29.198.128	100,00%	38.234.369	100,00%		
Disponível	1.903	0,01%	2.050	0,01%		
Outras Exigibilidades	- 1.024	0,00%	- 770	0,00%		
Total dos Recursos Garantidores	29.199.007	100,00%	38.235.649	100,00%		

ANEXO 2 - RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Resumo da Política de Investimentos – Plano Cidasc-FlexCeres

- Taxa Mínima Atuarial:

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2019 a 12/2019	INPC	5,65%

- Controle de Risco
 - Risco de Mercado
 - Risco de Liquidez
 - Risco de Contraparte
 - Risco Legal
 - Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

- Previsão de Alocação dos Recursos: limites por segmento e por modalidade

Segmento de Aplicação	Limite Legal	Alocação Ago/2018	2019		
			Alocação Objetivo - ALM	Limites	
				Limite Inferior	Limite Superior
Renda Fixa	100,00%	88,73%	87,42%	60,00%	100,00%
<i>Renda Fixa Liquidez</i>			32,46%		
<i>Renda Fixa NTN-Bs mercado</i>			9,67%		
<i>Renda Fixa NTN-Bs vencimento</i>			11,02%		
<i>Renda Fixa NTN-Cs HtM</i>			0,00%		
<i>Renda Fixa Crédito - Títulos</i>			23,67%		
<i>Renda Fixa Crédito - FIDCs</i>			0,88%		
<i>Renda Fixa (Novos Investimentos)</i>			9,72%		
Renda Variável	70,00%	8,36%	9,10%	0,00%	20,00%
Investimentos Estruturados	20,00%	2,18%	2,65%	0,00%	10,00%
<i>Multimercados</i>		2,05%	2,50%		
<i>FIP/FMIEE</i>		0,13%	0,15%		
Investimentos no Exterior	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
Investimentos Imobiliários	20,00%	0,03%	0,03%	0,00%	20,00%
<i>FII</i>		0,03%	0,03%		
<i>Imóveis</i>		0,00%	0,00%		
Operações com Participantes	15,00%	0,70%	0,80%	0,00%	5,00%

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim
Utiliza derivativos? Sim
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim
Existência de sistemas de controles internos? Sim

- Perfis de Investimentos

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

- Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo %	Máximo%	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	20,00	
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00	10,00	
Companhia aberta com registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo multilateral	0,00	10,00	
Companhia securitizadora	0,00	10,00	
Patrocinador do plano de benefício			X
FIDC/FIC FIDC	0,00	10,00	
Fdo. de Índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	10,00	
Sociedade de Propósito Específico – SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI classificados no segmento de investimentos estruturados	0,00	10,00	

- Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo %	Máximo%	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma companhia aberta	0,00	25,00	
% do capital votante de uma mesma companhia aberta ou de uma SPE	0,00	25,00	
% do PL de uma mesma instituição financeira	0,00	25,00	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	25,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de investimentos estruturados	0,00	25,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de investimentos no exterior	0,00	25,00	
% do PL de fundos de índice no exterior negociados em bolsa de valores no Brasil	0,00	25,00	
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário	0,00	25,00	

- Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo %	Máximo%	Não Aplica
% de uma série de títulos ou valores mobiliários	0,00	25,00	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	25,00	

ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data.

O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões.

Os modelos das Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano, a serem apresentados, consoante com o Anexo B, da Resolução CNPC nº 08 de 2011, são os seguintes:

- Balanço Patrimonial (Consolidado);
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada);
- Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidada (Consolidada);
- Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios;
- Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefícios; e
- Demonstrac o das Provisões Técnicas por plano de benefícios.

Demonstrações Contábeis – Consolidado

Balanco Patrimonial				
R\$ Mil				
ATIVO	2019	2018	Partic. % no Patrimônio	Var. (%)
DISPONÍVEL	810	648	0,01%	24,97%
REALIZÁVEL	8.421.359	7.401.844	99,98%	13,77%
Gestão Previdencial	127.769	134.420	1,52%	-4,95%
Gestão Administrativa	11.559	10.981	0,14%	5,26%
Investimentos	8.282.031	7.256.442	98,32%	14,13%
Títulos Públicos	0	334	0,00%	-100,00%
Créditos Privados e Depósitos	0	0	0,00%	0,00%
Ações	0	0	0,00%	0,00%
Fundos de Investimento	8.000.867	6.974.698	94,99%	14,71%
Investimentos Imobiliários	200.789	205.842	2,38%	-2,45%
Empréstimos	80.111	75.041	0,95%	6,76%
Depósitos Judiciais / Recursais	258	527	0,00%	-50,97%
Outros Realizáveis	5	0	0,00%	0,00%
PERMANENTE	1.118	862	0,01%	29,77%
Imobilizado	708	501	0,01%	41,23%
Intangível	411	361	0,00%	13,84%
TOTAL DO ATIVO	8.423.288	7.403.354	100,00%	13,78%
R\$ Mil				
PASSIVO	2019	2018	Partic. % no Patrimônio	Var. (%)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	132.095	119.222	1,57%	10,80%
Gestão Previdencial	128.997	116.196	1,53%	11,02%
Gestão Administrativa	2.583	2.273	0,03%	13,62%
Investimentos	516	753	0,01%	-31,51%
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	10.998	11.826	0,13%	-7,00%
Gestão Previdencial	786	718	0,01%	9,51%
Gestão Administrativa	9.559	9.265	0,11%	3,17%
Investimentos	653	1.843	0,01%	-64,55%
PATRIMÔNIO SOCIAL	8.280.194	7.272.306	98,30%	13,86%
Patrimônio de Cobertura do Plano	8.101.880	7.114.565	96,18%	13,88%
Provisões Matemáticas	7.784.444	7.052.053	92,42%	10,39%
Benefícios Concedidos	3.570.363	2.899.527	42,39%	23,14%
Benefícios a Conceder	4.552.311	4.517.175	54,04%	0,78%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	338.230	364.650	4,02%	-7,25%
Equilíbrio Técnico	317.436	62.512	3,77%	407,80%
Resultados Realizados	317.436	62.512	3,77%	407,80%
Superávit Técnico Acumulado	0	0	0,00%	0,00%
(-) Déficit Técnico Acumulado	0	0	0,00%	0,00%
Resultados a Realizar	0	0	0,00%	0,00%
FUNDOS	178.313	157.741	2,12%	13,04%
Fundos Previdenciais	114.257	105.323	1,36%	8,48%
Fundos Administrativos	39.760	31.750	0,47%	25,23%
Fundos dos Investimentos	24.297	20.669	0,29%	17,55%
TOTAL DO PASSIVO	8.423.288	7.403.354	100,00%	13,78%

Demonstração de Mutação do Patrimônio Social - DMPS

R\$ Mil

Descri�o	Exercício 2019	Exercício 2018	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - In�cio do Exercício	7.272.306	6.502.330	11,84%
1. Adi�es	1.417.031	1.139.788	24,32%
Contribui�es Previdenciais	363.181	350.627	3,58%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.013.042	752.080	34,70%
Receitas Administrativas	32.478	31.074	4,52%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	4.700	3.138	49,80%
Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	0	0	100,00%
Constitui�o de Fundos de Investimentos	3.628	2.871	26,39%
2. Destina�es	409.143	369.813	10,64%
Benefícios	379.905	341.769	11,16%
Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	68	62	10,48%
Despesas Administrativas	29.169	27.982	4,24%
Constitui�o de Contingências - Gestão Administrativa	0	0	0,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	1.007.888	769.976	30,90%
Provisões Matemáticas	732.391	590.685	23,99%
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	254.925	157.194	62,17%
Fundos Previdenciais	8.934	12.997	-31,26%
Fundos Administrativos	8.010	6.229	28,59%
Fundos Investimentos	3.628	2.871	26,39%
4. Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	8.280.194	7.272.306	13,86%

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA

R\$ Mil

Descrição	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	31.750	25.521	24,41%
1. Custeio da Gestão Administrativa	37.179	34.211	8,67%
1.1. Receitas	37.179	34.211	8,67%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	16.751	16.164	3,63%
Custeio Administrativo dos Investimentos	15.150	14.486	4,58%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	578	423	36,74%
Resultado Positivo dos Investimentos	4.700	3.138	49,80%
Outras Receitas	0	1	-100,00%
2. Despesas Administrativas	(29.169)	(27.982)	4,24%
2.1. Administração Previdencial	14.625	14.184	3,11%
Pessoal e encargos	10.282	10.166	1,14%
Treinamentos/congressos e seminários	91	71	27,76%
Viagens e estadias	192	162	18,52%
Serviços de terceiros	1.264	1.109	13,94%
Despesas gerais	1.556	1.530	1,67%
Depreciações e amortizações	97	101	-4,48%
Tributos	1.143	1.044	9,52%
2.2. Administração dos Investimentos	14.544	13.798	5,40%
Pessoal e encargos	10.233	10.168	0,64%
Treinamentos/congressos e seminários	91	73	25,27%
Viagens e estadias	194	162	19,79%
Serviços de terceiros	1.375	820	67,65%
Despesas gerais	1.411	1.431	-1,35%
Depreciações e amortizações	97	101	-4,48%
Tributos	1.143	1.044	9,52%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	0	0	0,00%
4. Reversão de Recursos para o Planos de Benefícios	0	0	0,00%
5. Resultado Negativo dos Investimentos	0	0	0,00%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	8.010	6.229	28,59%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	8.010	6.229	28,59%
8. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	39.760	31.750	25,23%

Demonstrações Contábeis– Plano Cidasc-FlexCeres

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Cidasc FlexCeres			
R\$ Mil			
Descrição	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação (%)
1. Ativos	38.983	29.469	32,29%
Disponível	2	2	7,71%
Recebível	747	268	178,09%
Investimentos	38.234	29.198	30,95%
Títulos Públicos	0	0	0,00%
Fundos de Investimentos	38.085	29.048	31,11%
Investimentos Imobiliários	0	0	0,00%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	149	150	-0,82%
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	0,00%
2. Obrigações	245	216	13,26%
Operacional	245	216	13,26%
Contingencial	0	0	0,00%
3. Fundos Não Previdenciais	360	272	32,21%
Fundos Administrativos	355	268	32,48%
Fundos dos Investimentos	4	4	13,73%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	38.379	28.980	32,43%
Provisões Matemáticas	37.313	28.074	32,91%
Superávit/Déficit Técnico	0	104	-100,00%
Fundos Previdenciais	1.065	802	0,00%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	0	104	-100,00%
a) Equilíbrio Técnico	0	104	-100,00%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	527	141	274,78%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	0	104	-100,00%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Cidasc FlexCeres

R\$ Mil

Descri�o	Exercício 2019	Exercício 2018	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	6.811	0	0,00%
1. Adi�es	10.597	8.072	31,28%
(+) Contribui�es Previdenciais	5.919	5.354	10,55%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.679	2.718	72,11%
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	0	0	0,00%
2. Destina�es	1.199	1.261	-4,95%
(-) Benefícios	847	898	-5,68%
(-) Custeio Administrativo	352	364	-3,15%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	9.398	6.811	37,99%
(+/-) Provisões Matemáticas	9.239	6.594	40,12%
(+/-) Fundos Previdenciais	263	214	23,04%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-104	3	-3133,24%
4. Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	16.209	6.811	137,99%
C) Fundos Não Previdenciais	360	272	32,21%
(+/-) Fundos Administrativos	355	268	32,48%
(+/-) Fundos Investimentos	4	4	13,73%

Demonstrac o das Provisões Técnicas - DPT - Plano Cidasc FlexCeres

R\$ Mil

Descri�o	Exercício 2019	Exercício 2018	Variacão (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	38.628	29.200	32,29%
1. Provisões Matemáticas	37.313	28.074	32,91%
1.1. Benefícios concedidos	2.024	1.446	40,02%
Benefício definido	2.024	1.446	40,02%
1.2. Benefício a conceder	35.289	26.629	32,52%
Contribui�o definida	35.289	26.629	32,52%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	16.753	12.660	32,33%
Saldo de contas - parcela participantes	18.536	13.969	32,69%
2. Equilíbrio Técnico	0	104	-100,00%
2.1. Resultados realizados	0	104	-100,00%
Superávit técnico acumulado	0	104	-100,00%
Reserva de contingência	0	104	-100,00%
3. Fundos	1.070	806	32,66%
3.1. Fundos previdenciais	1.065	802	32,76%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	4	4	13,73%
4. Exigível Operacional	245	216	13,26%
4.1. Gestão previdencial	244	215	13,44%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	1	1	-24,84%

ANEXO 4 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Tel.: +55 61 3322 5190
Fax: + 55 61 3322 5270
www.bdobrazil.com.br

Setor de Autarquia Sul SAUS
Quadra 4, Lote 09/10 Bloco A
Brasília, DF - Brasil 70070-938

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadora da
CERES - Fundação de Seguridade Social
Brasília - DF

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da CERES - Fundação de Seguridade Social (“CERES”, “Fundação” ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefício administrados pela CERES, aqui denominados de consolidado por definição da Resolução CNPC nº 29) em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios dos patrocinadores Embrapa, Epagri, Emater Minas Gerais - Emater MG, Epamig, Cidasc, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, Emater Distrito Federal - Emater DF e Ceres, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CERES - Fundação de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2019, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião com ressalva

Limitação de escopo - Independência patrimonial

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.1, a entidade possui registrados em 31 de dezembro de 2019, no passivo do programa previdencial no montante de R\$ 128.997 mil, dos quais R\$ 100.789 mil, refere-se a obrigações do plano Embrater BD junto aos demais planos básicos administrados pela CERES. Esse passivo contingencial foi originado pelo cumprimento de decisão judicial, que determinou o pagamento dos benefícios dos assistidos do plano Embrater BD com recursos dos demais planos básicos administrados pela CERES, proferida pelo Tribunal Regional Federal, datado 15 de maio de 2006. A Lei complementar nº 109/2001, que rege a operação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, determina que os planos devem ter independência patrimonial. Consequentemente os planos Embrapa BD, Ceres BD, Epagri BD, Emater BD e Epamig BD suportam despesas para o plano Embrater BD, em desconformidade com a legislação vigente da independência patrimonial dos planos. Consequentemente, não nos foi possível determinar quais os ajustes a serem realizados para que o princípio da independência patrimonial entre os planos fosse reestabelecido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade do plano Embrater BD

As demonstrações contábeis do plano Embrater BD, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal da operação. Entretanto, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19, em 13 de abril de 1990 houve extinção da patrocinadora a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural-Embrater e a cessação dos repasses de contribuições para que o plano continuasse a honrar o compromisso com seus assistidos. Também, conforme mencionado, nas Notas Explicativas nº 6 e 19, considerando a não existência de recursos por parte do plano Embrater, a Ceres, em cumprimento de decisão judicial do Tribunal Regional Federal, vem efetuando o pagamento dos benefícios do extinto plano com a utilização dos recursos dos demais planos básicos administrados pela Entidade, o que a sua Administração entende como medida alternativa para a continuidade do cumprimento das obrigações do plano. A continuidade operacional deste plano depende da continuidade do cumprimento da decisão judicial. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;



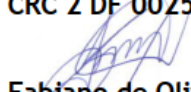
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 02 de março de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 DF 002567/F



Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC 1 DF 015827/O-3

ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

I. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em atendimento ao artigo 65 do estatuto da Ceres e à letra “j” do item 17, às Normas Gerais, do Anexo “C” da **Resolução MPS/CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018**, e ao item “i” do Inciso I, do artigo 4º da Instrução Normativa SPC nº 34 de 24/09/2009 e alterações, com base nas informações recebidas da Administração da Ceres, nas Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas, nos Pareceres Atuariais e na minuta do Parecer dos Auditores Independentes, conforme Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TA nº700 – “Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis”, que encaminhará Parecer definitivo após aprovação do Conselho Deliberativo; bem como nas análises efetuadas pelos Conselheiros nas reuniões mensais do Conselho Fiscal, apresenta a seguir, o seu Parecer, incluindo fatos relevantes que ensejam a conclusão final sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2019.

Ante o exposto no presente Relatório, chegamos as seguintes conclusões:

- a) Os Demonstrativos Contábeis compreendidos por Balanço Patrimonial, Demonstração de Mutação do Patrimônio Social (DMPS), Demonstração do Ativo Líquido (DAL), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT), derivada dos resultados patrimoniais e econômicos dos planos de benefícios, estão de acordo com o exigido pela legislação.
- b) As Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 2019, atendem às regras e procedimentos contábeis, conforme definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade, estando, portanto, alinhadas ao disposto no item 30, do Anexo “A”, da Instrução SPC nº 34/2009, conforme evidenciado na minuta do Parecer de Auditoria Independente BDO auditores Independentes de março de 2020.
- c) Em relação a minuta do Parecer dos Auditores Independentes, o documento apresentou ressalva em:
 - À independência patrimonial dos planos de benefícios, referente ao plano Embrater BD, visto que tal continuidade está atrelada ao cumprimento da decisão judicial do Tribunal Regional Federal.

Base para opinião com ressalva:

- Conforme descrito na nota explicativa nº 6.1, a entidade possui registrados em 31 de dezembro de 2019, no passivo do programa previdencial no montante de R\$ 128.997 mil, dos quais R\$ 100.789 mil, refere-se a obrigações do plano Embrater BD junto aos demais planos básicos administrados pela CERES. Esse passivo contingencial foi originado pelo cumprimento de decisão judicial, que determinou o pagamento dos benefícios dos assistidos do plano Embrater BD com recursos dos demais planos básicos administrados pela CERES, proferida pelo Tribunal Regional Federal, datado 15 de maio de 2006. A Lei complementar nº 109/2001, que


rege a operação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, determina que os planos devem ter independência patrimonial. Conseqüentemente os planos Embrapa BD, Ceres BD, Epagri BD, Emater BD e Epamig BD suportam despesas para o plano Embrater BD, em desconformidade com a legislação vigente da independência patrimonial dos planos. Conseqüentemente, não nos foi possível determinar quais os ajustes a serem realizados para que o princípio da independência patrimonial entre os planos fosse reestabelecido.


- d) Quanto aos Pareceres Atuariais, emitido pela Assessoria Actuarial Vesting, assinados pelo responsável Técnico pelos planos, o Atuário Antônio Mário Rattes de Oliveira, MIBA 1.162, entendemos que estes estão em conformidade com o que estabelecem a resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, e suas alterações, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.


O Conselho Fiscal da Ceres – Fundação de Seguridade Social, diante das considerações sobre as Demonstrações Contábeis, os Pareceres Atuariais e a minuta do Parecer dos Auditores Independentes e atinentes às Notas explicativas, assim como, sobre as análises feitas nas reuniões mensais, **RESOLVE** indicar aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2019 pelo Conselho Deliberativo, levando em consideração as análises e conclusões destacadas anteriormente.

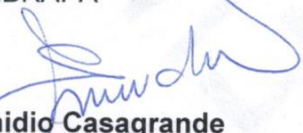
Este é o nosso Parecer.

Brasília/DF, 25 de março de 2020.


Sebastião Cardoso Barbosa
Presidente do Conselho Fiscal
Representante dos Participantes e Assistidos
da Emater-MG


José Eden de Medeiros
Membro Titular do Conselho Fiscal
Representante da Patrocinadora
EMBRAPA

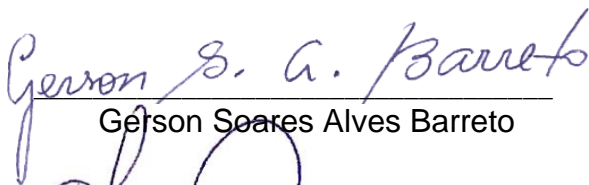

Arádia Luiza dos Santos Costa
Membro Titular do Conselho Fiscal
Representante da Patrocinadora EPAGRI

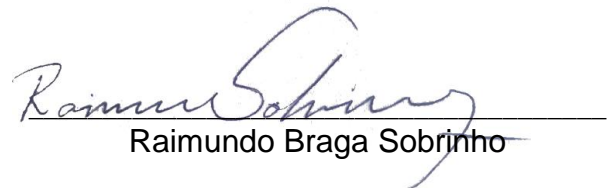

Emidio Casagrande
Membro do Conselho Fiscal
Representante dos Participantes e
Assistidos da Embrapa

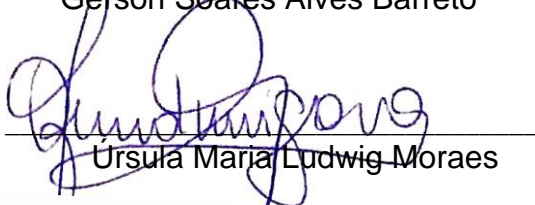
ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Conselho Deliberativo da CERES - Fundação de Seguridade Social, reunido em sua 228ª Reunião Ordinária, realizada no dia 25 de março de 2020, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Contábeis da Fundação, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada, a Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios, a Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por plano de benefícios e a Demonstração das Provisões Técnicas do plano de benefícios, complementadas pelas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e com base, ainda, no Relatório da Auditoria Independente – BDO Auditores Independentes, nos Pareceres do Atuário – Actuarial Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda - Vesting, relativos a cada Plano de Benefícios e do Conselho Fiscal, aprovou, por unanimidade, as referidas demonstrações contábeis, nos termos constantes dos referidos pareceres.

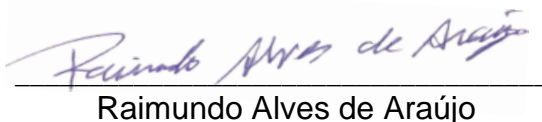
Brasília, 25 de março de 2020.

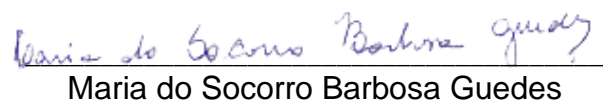

Gerson Soares Alves Barreto


Raimundo Braga Sobrinho


Ursula Maria Ludwig Moraes


José Mauro Gonçalves Dias


Raimundo Alves de Araújo


Maria do Socorro Barbosa Guedes

ANEXO 7 - PARECER ATUARIAL

O Parecer Atuarial tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

Esse documento é elaborado pelo Atuário Responsável pelos planos de benefícios.

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL
DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO
CERES**

CIDASC

PLANO CIDASC FLEXCERES

POSIÇÃO EM 31/12/2019

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Cidasc-FlexCeres de benefícios da Cidasc, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2019.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CPNC) nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2018, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação, concluindo-se pela alteração das hipóteses abaixo relacionadas:

Hipótese	2018	2019
Fator de determinação do valor real dos salários e dos benefícios	0,98177458	0,98259103
Taxa de juros	5,65%	4,11%

Os impactos atuariais decorrentes das alterações acima estão apresentados na seção *Varição no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em outubro de 2019 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que o mesmo está apto ser utilizado para o cálculo das obrigações atuariais do plano de benefícios.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia e têm os seus valores reajustados pela variação patrimonial, porém com um teto fixado na variação do INPC.

O plano Cidasc-FlexCeres foi implantado a partir de janeiro de 2010.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2019

Tipo de Custo	Taxas Médias
Benefícios de risco	1,048%
Patrocinadora	0,524%
Participante	0,524%
Custo administrativo	0,906%
Patrocinadora	0,453%
Participante	0,453%
Custo Total	1,954%
Patrocinadora	0,977%
Participante	0,977%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Cidasc-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 1,954% dos salários-de-participação, observando-se uma redução em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2018, cujo percentual foi igual a 2,404%, tendo como causas principais a variação no custo do Seguro dos benefícios de risco.

Plano de custeio para 2020

O plano de custeio para 2020 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em

31/12/2019 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano.

A proposta é que o custeio para os benefícios de risco para 2020 seja igual ao custo destes mesmos benefícios, em 1,048%, conforme tabela nº 01, acrescido de um carregamento de segurança de 0,100%, para lastrear o risco decorrente da diferença entre a base do custo do Seguro e a base de custeio dos participantes e patrocinadora, sendo o excedente do carregamento de segurança direcionado para o Fundo de Risco, minimizando eventuais distorções financeiras anuais.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2020

Tipo de Custeio	Taxas Médias
Benefícios programados	10,034%
Patrocinadora	4,665%
Participante	5,369%
Benefícios de risco	1,148%
Patrocinadora	0,574%
Participante	0,574%
Custeio administrativo	0,906%
Patrocinadora	0,453%
Participante	0,453%
Custeio Total	12,088%
Patrocinadora	5,692%
Participante	6,396%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,906%.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2020, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Cidasc-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Instrução PREVIC nº 10/2018, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2019, resultado atuarial nulo.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano Cidasc-FlexCeres eram, em 31/12/2019:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS CIDASC – FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2018	31/12/2019	Varição
Patrimônio de Cobertura do Plano	28.178.014	37.313.397	32,42%
Provisões Matemáticas	28.074.349	37.313.397	32,91%
Benefícios Concedidos	1.445.825	2.024.445	
Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco	0	0	
Benefícios Futuros	3.269.724	4.357.185	
Contribuições Futuras	-3.269.724	-4.357.185	
Saldo de Contas dos Benefícios Programados	26.628.524	35.288.952	
Resultados Realizados	103.665	0	-100,00%
Ajuste de Precificação	140.613	526.990	274,78%
Resultado Ajustado ⁽¹⁾	244.278	526.990	

(1) Conforme estabelece a legislação em vigor, o resultado ajustado positivo não pode ser utilizado para fins de utilização de superávit.

A rentabilidade dos investimentos do plano de benefícios, no exercício de 2019 foi de 15,42% em termos nominais. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial de 10,24%, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 4,70% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, notadamente pela entrada de novos participantes no plano, variações salariais ocorridas, alterações de meta de benefícios, mudanças nas hipóteses atuariais e acumulação nas contas individuais da parcela de contribuição definida do plano.

A análise das perdas e ganhos atuariais, na posição de 31/12/2019, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 04 – GANHOS E PERDAS – 31/12/2019

Item	Relativo à Reserva Matemática					Relativo à Rentabilidade		Total
	Alteração na Hipótese Atuarial				Realizado x Esperado	Subtotal	Realizado x Esperado	
	Taxa de Juros	Fatores Biométricos	Fator de Capacidade	Crescimento Salarial	Fatores Biométricos			
Ganho	0	0	0	0	0	0	82.922	82.922
Perda	-342.605	0	-1.682	0	-56.903	-401.190	0	-401.190
Total	-342.605	0	-1.682	0	-56.903	-401.190	82.922	-318.268

Resultado atuarial de 31/12/2019 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial nulo, conforme se observa na tabela nº 03, onde o total das provisões matemáticas é um pouco menor que o patrimônio de cobertura do plano. O resultado é consequência, principalmente, da rentabilidade patrimonial obtida no exercício e, por esse motivo, somos de opinião que sua natureza é conjuntural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 05 – BALANÇO ATUARIAL – PLANO CIDASC-FLEXCERES

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	37.313.397	Benefícios Futuros	41.670.582
Contribuições Futuras	4.357.185	Benefícios Concedidos	2.024.445
Risco	4.357.185	Benefícios a Conceder	39.646.137
		Programados	35.288.952
		Risco	4.357.185
		Resultados Realizados	-
Total	41.670.582	Total	41.670.582

Fundos previdenciais

O plano apresentava, em 31/12/2019, o montante de R\$ 1.065.261 em saldos de fundos previdenciais, assim dividido:

TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS – PLANO CIDASC-FLEXCERES

Discriminação	2018	2019	Varição
Fundos Previdenciais	802.423	1.065.261	24,67%
Fundo Coletivo de Desligamento	401.691	536.292	25,10%
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	-	-	-
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	400.732	528.969	24,24%
Fundo Coletivo de Oscilação de Rentabilidade Assistidos	-	-	-

Além do processo habitual de atualização, constituição e reversão mensal dos fundos previdenciais, ocorrido ao longo do ano de 2019, de acordo com a metodologia de manutenção desses fundos, em 31/12/2019 ocorreu uma reversão específica do Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões, no montante de R\$ 81.031, para equilibrar o resultado atuarial prévio do exercício.

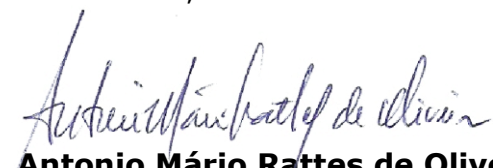
A constituição e finalidade do Fundo Coletivo de Desligamento estão previstas no regulamento do plano de benefícios, e a constituição dos Fundos de Riscos foi feita com base em contribuições regulamentares excedentes com a finalidade de cobertura de oscilações dos benefícios de risco, porém os fundos previdenciais, de uma forma geral, têm por finalidade precípua a garantia da solvência financeira e atuarial do plano de benefícios.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 28 de fevereiro de 2020.


Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162